

Com reparo de usados chegando a 40% do valor do carro, proteção por rateio vira única saída para evitar descapitalização das famílias

O mercado automotivo brasileiro atinge em 2026 um ponto de ruptura. De um lado, as seguradoras tradicionais endurecem algoritmos e expulsam veículos com mais de uma década de uso.

Do outro, a inflação de autopeças torna inviável circular sem proteção. Esse cenário de exclusão é o motor de uma migração recorde: o setor de mutualismo projeta absorver 8 milhões de novos condutores até o fim de 2026, impulsionado por motoristas que não encontram mais abrigo no seguro convencional.

Metade da frota nacional está no 'ponto cego' das seguradoras

Segundo o Relatório da Frota Circulante do Sindipeças, 53% dos veículos no Brasil têm 10 anos ou mais de fabricação. Esse contingente representa a maioria absoluta das ruas, mas habita o "ponto cego" do mercado financeiro.

Para esses proprietários, as propostas de seguro tradicional costumam ser punitivas ou simplesmente inexistentes, ignorando a realidade de quem depende de um carro fabricado antes de 2016 para trabalhar ou se locomover.

Conserto custa 40% do valor do veículo com 10 anos ou mais

A urgência por proteção não é apenas preventiva, é de sobrevivência financeira. Com a alta nos preços de componentes, o conserto de uma colisão de baixa intensidade em um carro com 11 anos de estrada já consome, em média, 40% do seu valor de mercado (Tabela Fipe).

Sem o sistema de rateio, qualquer incidente trivial no trânsito urbano resulta em perda total do ativo ou em um endividamento severo. O carro antigo, reserva de valor vital para as classes B e C, tornou-se um risco financeiro insustentável sem o amparo mútuo.

O reflexo em Maringá expõe 58 mil veículos na zona de risco

O gargalo nacional se manifesta de forma aguda no interior do Paraná. Dados do Detran-PR mostram que, apenas em Maringá, 58.232 veículos estão na faixa crítica de 6 a 10 anos de uso. É o exato período em que os preços das apólices tradicionais escalam até representar 25% do valor do bem ao ano, inviabilizando o contrato para o cidadão.

A Salvcar, associação de proteção patrimonial com sede em Maringá e assistência em todo o território nacional, absorve essa demanda ao aceitar veículos de até R\$ 200 mil sem as restrições de ano que paralisam o mercado tradicional, garantindo que ter um carro com mais de 10 anos não seja uma sentença de vulnerabilidade financeira para o motorista paranaense.

"Nossa estratégia em Maringá e em todo o Paraná foi estruturar uma rede de assistência que entende a maturidade da nossa frota regional. Não olhamos para o veículo de 10 anos como um risco a ser descartado, mas como um patrimônio que exige uma gestão de danos inteligente e uma rede de oficinas parceiras de alta performance", destaca Jorge Cantos, Presidente da Salvcar.

Segundo a entidade, o benefício vai além do preço: "Ao eliminarmos as taxas punitivas de perfil e focarmos na proteção real do ativo, devolvemos ao motorista do interior paulista e paranaense a previsibilidade financeira. Em 2026, a Salvcar consolida-se como o porto seguro para essa frota que move a economia regional, mas que o sistema financeiro convencional insiste em ignorar".

Sustentabilidade técnica e o novo perfil do associado

Diferente das seguradoras, focadas no lucro sobre o perfil do condutor, o mutualismo regulamentado pela Lei Complementar nº 213/2025 baseia-se na divisão de custos reais.

Isso garante a proprietários de carros antigos o mesmo acesso a guinchos e oficinas qualificadas que um dono de veículo zero quilômetro. Em 2026, a proteção veicular deixa de ser alternativa para se consolidar como o garantidor real da resiliência patrimonial do brasileiro.

Fonte: liveSEO, em 19.05.2026